



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO VINTE (2017-2021) DA SESSÃO  
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 19 DE JUNHO  
DO ANO DE 2020.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira. \_\_\_\_\_

**\_\_\_\_\_ VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quarenta e cinco minutos. \_\_\_\_\_ ~

\_\_\_\_\_ Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal António Marques da Costa Pinto, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos e António de Sousa Borges, tendo sido substituídos, nesta sessão, por António José Rodrigues dos Santos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e Marine Inês Guerreiro Pereira, respetivamente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Assembleia Municipal estava constituída pelos vinte membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho



Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António José Rodrigues dos Santos, Marine Inês Guerreiro Pereira e Adelino Morgado Carneiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Ana Cristina Silva Sousa Borges e Toni Serge Costa Ribeiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção para apresentar cumprimentos. De seguida, deu informação pormenorizada sobre as precauções que iriam ser tomadas, devido às contingências da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente na disposição do plenário e aquando do uso da palavra, em que irá proceder-se à desinfeção do púlpito e do microfone, encontrando-se uma trabalhadora especialmente afeta a essa tarefa. Quanto à disponibilização de água, que era comum fazer-se em pleno Salão Nobre, a mesma será feita com o recurso a uma máquina existente na ala do piso em frente ao Salão Nobre. Dadas estas explicações iniciais, o Presidente da Assembleia Municipal justificou as razões que se prenderam com a não realização da sessão ordinária de abril, no mês respetivo, o que também já tinha informado por *email*. Não houve, portanto, a calendarização normal dessa sessão de abril, que agora está a ser realizada em simultâneo com a do mês de junho. Isto, devido à pandemia da doença COVID-19 e do imperativo de tudo ser feito para a sua não propagação, através de, nomeadamente, dos confinamentos que de certo modo foram impostos e para os quais todos tiveram de dar o seu contributo. Entretanto, ao nível

legislativo, foi legalmente permitido que a sessão de abril pudesse vir a ser realizada até trinta de junho de dois mil e vinte, prerrogativa sobre a qual a Assembleia Municipal lançou mão, porquanto também não existiam assuntos urgentes que obrigassem à realização da referida sessão em plena pandemia da doença COVID-19. E sem descurar o papel da Assembleia Municipal, a dezassete de abril de dois mil e vinte foi realizada uma reunião de conferência de líderes, com a participação dos representantes dos grupos municipais da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia Municipal e membros da Câmara Municipal, em que o assunto abordado foi a pandemia da doença COVID-19 no concelho de Carregal do Sal. Colocada perante a possibilidade de realizar duas sessões, a de abril e a de junho, a Mesa colocou ainda esta questão à Associação Nacional de Assembleias Municipais, tendo esta respondido que o legislador para além de não ter feito qualquer distinção, também não impôs qualquer obrigatoriedade, pelo que as duas hipóteses seriam possíveis. Todavia e dada a ausência de assuntos para as duas sessões, a Mesa entendeu optar e convocar apenas uma sessão, estruturando a ordem do dia de forma diferente, colocando em primeiro lugar os temas próprios da sessão de abril, ainda que a informação escrita sobre a atividade municipal e sobre a situação financeira do Município englobe os dois períodos, facilmente explicável pelo facto de se tratar de uma atividade continuada, ainda que forte e negativamente condicionada nessa sua atividade, pelas medidas de combate à pandemia da doença COVID-19. Não se registaram participações da Mesa em reuniões e outras iniciativas, por não terem acontecido, face ao surto do vírus que a todos condicionou no exercício dos seus direitos e liberdades. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Concluiu a sua intervenção referindo que a Mesa tinha na sua posse uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Provedor do Município Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva. Estava, também, para ser votado o projeto de ata da sessão

ordinária de fevereiro de dois mil e vinte, pela Assembleia Municipal e o projeto de ata da reunião de conferência de líderes, para ser analisado e aprovado no final desta sessão pelos representantes dos grupos municipais da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado e expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **3. INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ELEMENTOS CONSTANTES DA NOTA INFORMATIVA DA DGAL, DE 31 DE MARÇO DE 2020. APRECIAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **4. COVID-19** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO CONCELHO E ENCARGOS ASSUMIDOS. APRECIAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **5. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **6. ENCARGOS REPARTIDOS** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte, no seu entendimento, se encontrava em condições de ser votada e aprovada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções dos membros desta Assembleia Municipal, António José Rodrigues dos Santos, Carina Isabel Pereira Pessoa, Marine Inês Guerreiro Pereira e Francisco Azevedo da Silva e dezasseis votos a favor dos restantes membros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejassem. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção e poder de síntese no uso da palavra, aquando das

intervenção, para a celeridade necessária e o bom andamento dos trabalhos. —————

—————Dando continuidade, o Presidente da Assembleia Municipal, afirmou que no momento difícil que se viveu e que se continua a viver, o órgão deliberativo deveria aprovar um voto de louvor a todos os elementos que estiveram na linha da frente, com grande responsabilidade, disponibilidade e generosidade, no âmbito do combate ao COVID-19, nomeadamente os elementos da Proteção Civil, salientando, de todos quantos se empenharam e estiveram envolvidos, os Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e de Cabanas de Viriato, a Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa, o Centro de Saúde e os funcionários da Câmara Municipal de Carregal do Sal, que mereceu a anuência e aprovação de todos os presentes. —————

—————Relativamente ao Voto de Pesar, que tinha na sua posse, referente ao recente falecimento do Provedor do Município, Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva, extensivo às bancadas de todos os grupos municipais e que é do seguinte teor: —————

—————“Voto de pesar —————

—————Faleceu, no passado dia 21 de abril, Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva. Tinha 87 anos de idade. Foi Presidente de Câmara (1975/1990), Presidente da Assembleia Municipal (2005/2009), membro da Assembleia Municipal e era Provedor do Município. Foi o primeiro Presidente da Câmara eleito após o 25 de Abril e foi a primeira e, até agora única personalidade, a exercer o cargo de Provedor do Município. Frequentou o antigo Colégio Nun'Álvares e, já depois de aposentado, concluiu o curso de História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. —————

—————Foi um homem dedicado à causa pública, tendo nos diversos cargos políticos e outros que desempenhou, nomeadamente a nível associativo, defendido sempre o interesse coletivo e o bem comum, dignificando as respetivas funções, que desempenhou com competência, com lealdade, com honestidade, com transparência e com rigor. Era

frontal, exigente e determinado, tendo granjeado o respeito e a consideração da generalidade dos seus concidadãos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Entre as contribuições que, enquanto Presidente de Câmara, dera para o desenvolvimento do concelho, tinha orgulho em referir a implementação da democratização das Instituições, as contas certas e rigorosas e a concretização das infraestruturas básicas, a nível do fornecimento público de água e da rede de saneamento, numa época em que não havia fundos comunitários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nos últimos anos foi um estudioso da história, de figuras e das instituições do nosso concelho, tendo publicado diversos livros que divulgam e valorizam o nosso património e a nossa cultura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal reunida no dia 19/06/2020 delibera: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aprovar um voto de pesar pelo seu falecimento e expressar esse voto de pesar aos seus familiares. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Guardar um minuto de silêncio em sua memória. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Propor que oportunamente os órgãos autárquicos lhe prestem a devida homenagem. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Carregal do Sal, 19 de junho de 2020.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Após a apresentação da proposta do Voto de Pesar, o Presidente da Assembleia Municipal teceu mais algumas considerações, com alguma emoção, evidenciando que tinha estado, no que à causa autárquica diz respeito, em posições políticas diferentes com o Dr. Artur Saraiva, mas tinha mantido com o mesmo uma relação de cordialidade, de respeito e de frontalidade singulares. Foi o primeiro Presidente da Câmara do Município de Carregal do Sal, eleito em democracia. Era uma pessoa muito interessada sobre os

assuntos do Concelho e expressava sempre a sua opinião. Será sempre uma pessoa incontornável na vida do Concelho, tendo dado contributos para a valorização da história concelhia. Concluiu, que devido às regras impostas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, as cerimónias fúnebres não poderem ter o acompanhamento que o Dr. Artur Jorge Saraiva era merecedor, apesar de, mesmo assim, ter representado a Assembleia Municipal, no dia do funeral, tendo ficado no exterior do cemitério de Oliveira do Conde, respeitando as medidas decretadas e impostas pela Direção Geral da Saúde. —————

—————Colocada em votação quanto à sua admissão, a proposta de Voto de Pesar foi admitida por unanimidade. —————

—————Não tendo havido debate, a proposta de Voto de Pesar foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. —————

—————De seguida, foi guardado um minuto de silêncio. —————

—————**USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** —————

—————De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este espaço, especialmente destinado à intervenção dos membros, aceitando inscrições: ———

————— *Manuel António Tavares Santos* – Apresentou cumprimentos. Iniciou a sua intervenção para afirmar que os membros da Assembleia Municipal já tinham saudades de estar naquele espaço, os tempos vividos não foram fáceis e o seu desejo era de que o futuro fosse melhor e que todos pudessem olhar o mundo de forma diferente. Aconteceu o que aconteceu, mas o mundo não parou e a bancada do Partido Social Democrata iria colocar algumas questões, o que fez nos seguintes termos: A primeira, tem a ver com uns comunicados que a Câmara Municipal de Carregal do Sal tinha emitido e divulgado em relação ao funcionamento do Centro de Saúde. Disse que a bancada do Partido Social Democrata não quer saber desta guerra, fez um comunicado a demarcar-se desta



situação, mas entende que os munícipes de Carregal do Sal merecem ser informados acerca do que está a acontecer entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Carregal do Sal. A segunda, tem a ver com um protocolo sobre a Casa do Passal, recordando que um primeiro tinha sido rejeitado e ao que sabia tinha sido feito um novo, pedindo informações sobre o assunto. A terceira, diz respeito às verbas para os Bombeiros Voluntários do Concelho, preocupação que também é partilhada pela bancada do Partido Socialista, na medida em que, devido à pandemia da doença COVID-19, os Bombeiros sofreram um forte golpe nas suas finanças. O mesmo aconteceu em relação às outras associações, questionando sobre o que é que a Câmara Municipal pretende fazer para obviar a estas situações. A quarta, tem a ver com a Educação, com o ano escolar e um problema de acesso à internet, referindo que ainda existem alunos que não têm acesso a estas novas tecnologias. A quinta, tem a ver com as obras em frente ao Mercado Municipal, onde existe falta de sinalização e falta de segurança, parecendo-lhe que existem determinadas regras de segurança que não estão a ser cumpridas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Apresentou cumprimentos. De seguida, usou da palavra para informar que o Bloco de Esquerda tinha dirigido algumas perguntas sobre a habitação municipal a todas as autarquias do país. A Câmara Municipal de Carregal do Sal, respondeu e citou: “ter disponível 50 fogos de habitação pública estando todos ocupados até à data da resposta, 20 de março de 2020, mas existem vários pedidos para aceder à habitação municipal que não têm sido respondidos por falta de oferta devido ao parque habitacional estar completamente lotado. Em 2016, dos 3 pedidos ficaram 2 por atender e em 2019 ficaram por atender 5 dos 6 pedidos realizados e estão identificados 12 agregados familiares com carência habitacional.” O Bloco de Esquerda sabe que a Câmara Municipal está a delinear uma estratégia no programa habitacional. Questionou

se há a perspetiva de dar resposta, nos próximos tempos, às necessidades habitacionais dos agregados carenciados identificados no Concelho. Mudando de assunto, deixou também a sua preocupação e a do Bloco de Esquerda, relativamente ao Orçamento Participativo do corrente ano, que ficou mais empobrecido devido à Covid-19 e à impossibilidade de se realizar a habitual sessão aberta. Aproveitou, também, para deixar uma proposta sobre este assunto para os próximos anos no sentido de se realizarem as habituais sessões de apresentação por todo o Concelho, nomeadamente nas Freguesias, no sentido de aproximar este processo às populações. Insistiu em aproximar a Assembleia Municipal aos munícipes e democratizar este órgão, tal como o Bloco de Esquerda tinha apresentado no pacote de propostas sobre o assunto na primeira sessão desta Assembleia Deste mandato. A pandemia e a crise também são momentos de renovação, evolução e reinvenção, por isso considerava que seria bom voltar a pensar e a debater a implementação de um sistema que torne possível a transmissão em direto das sessões para todo o Concelho, através do site institucional do Município ou no seu facebook, ainda para mais agora, em que o receio das populações de frequentar locais públicos irá estar mais presente. Outro dos assuntos que o Bloco de Esquerda não podia deixar de comentar foi o “espetáculo” que a Câmara Municipal e o Centro de Saúde estavam a dar na praça pública e seria bom e justo que os intervenientes explicassem nesta Assembleia Municipal o que se está a passar. Afirmou saber o que se estava a passar, de índole meramente político, mas entendia que as duas instituições visadas não deveriam ser utilizadas para esse fim. Evidenciou que lhe parecia que a atitude crispada lhe parecia mais vincada na Câmara Municipal do que no Centro de Saúde. Terminou com três questões breves: A primeira, sobre o ponto de situação das obras do novo canil municipal; a segunda, sobre o ponto de situação da limpeza das faixas de segurança contra incêndios que são responsabilidade do município; a terceira, que era uma sugestão

de se arranjar locais permanentes no nosso concelho para as empresas itinerantes aqui sediadas (farturas e outros produtos), durante este Verão, poderem exercer as suas atividades, na medida em que as festas e romarias foram canceladas por todo o país e esta medida seria de grande ajuda para estes empresários. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Carina Isabel Pereira Pessoa* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para dar uma sugestão ao Executivo Camarário, no sentido de ser feita a desinfeção de mais espaços públicos, como cemitérios e igrejas, no âmbito das medidas de combate à pandemia da COVID-19, que a Câmara Municipal de Carregal do Sal está a levar a efeito em parceria com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho e que se têm mostrado bastante benéfica e bastante profícua, em prol das pessoas, nomeadamente das de maior risco. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Marine Inês Guerreiro Pereira* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para solicitar à Câmara Municipal o ponto de situação relativamente à pedreira de Fiais da Telha, que se encontra desativada há mais de quarenta anos, que agora pretendem reativar e sobre a qual a Freguesia de Oliveira do Conde, através dos seus órgãos, tem feito uma luta acérrima para o seu não funcionamento. Não estando a ser fácil o ano de dois mil e vinte, a Freguesia de Oliveira do Conde foi ainda prendada com a intenção, por parte da Infraestruturas de Portugal, para encerrar mais duas passagens de nível na Linha da Beira Alta, uma em Alvarelhos e outra em Fiais da Telha, sem que existam alternativas ou as que existem são De facto bastante constrangedoras para o dia-a-dia dos munícipes. Referiu-se à posição de protesto já deliberada pelos órgãos da Freguesia de Oliveira do Conde, no sentido da rejeição da decisão e do seu não encerramento, questionando o Executivo Camarário sobre o que irá fazer sobre os assuntos expostos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra

para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata se demarca da posição da Mesa da Assembleia Municipal, relativamente ao conceito das duas sessões da Assembleia Municipal, entendendo que deveriam ter sido marcadas e serem realizadas duas: a de abril e a de junho, ainda que no mesmo mês. As sessões deveriam ser distintas. Referiu que essa posição está estribada no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Referiu-se à posição da Associação Nacional das Assembleias Municipais e da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais que vai no sentido de ser feita uma sessão a abranger as duas, mas apenas o parecer da CCDRC se encontrava homologado pelo Secretário de Estado. Assim, a bancada do Partido Social Democrata demarca-se totalmente da posição da Mesa, obviando a responsabilidades jurídicas e políticas decorrentes da posição tomada pela Mesa da Assembleia Municipal. —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para afirmar que lhe parecia que existia muita gente com vontade de ver a sessão da Assembleia Municipal transformada numa guerra entre instituições. Ele não iria contribuir para isso, na medida em que estava na sessão como membro da Assembleia Municipal eleito nas listas do Partido Socialista e não como coordenador do Centro de Saúde de Carregal do Sal. O Centro de Saúde, no local próprio, estaria disponível, sempre que assim fosse entendido, para justificar tudo o que se tinha passado quanto à reabertura dos serviços, existindo toda a documentação trocada com o ACES – Agrupamento dos Centros de Saúde do Dão Lafões. No papel de cidadão, referiu que lhe parecia existir um objetivo político claro por parte do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata para encontrar uma “guerra artificial” entre duas instituições do Concelho de capital importância para a vivência comunitária, nomeadamente num período de pandemia da doença COVID-19. Disse que o que lhe apraz dizer é que depois de ter lido o comunicado da Câmara Municipal e a correspondência havida entre a Comunidade Intermunicipal

Viseu Dão e o ACES, em nenhum aspeto ou ponto é focada qualquer comunicação entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde. Isto, porque os esclarecimentos sobre a reabertura e funcionamento dos Centros de Saúde foram feitos em sintonia entre as Câmaras Municipais e o Agrupamento dos Centros de Saúde, sendo esta entidade a que em primeira instância responde pelas questões atinentes ao mesmo. É do seu entendimento que nestas situações, tende-se a confundir o que é a essência do que é o acessório e a essência é, em bom rigor, o fim pelo qual o Centro conseguiu reabrir as portas e os serviços para quem deles mais precisa. O acessório é a guerra que se pretende criar entre duas instituições do Concelho de capital importância e nessa guerra, disse, em seu nome e da bancada do Partido Socialista não iriam entrar. Concluiu, afirmando estar disponível, no Centro de Saúde, para prestar todos os esclarecimentos que as bancadas dos grupos municipais entendam colocar, mas não na Assembleia Municipal, pois não estana naquele órgão deliberativo na qualidade de coordenador daquela unidade. Relativamente à questão levantada sobre as verbas dos Bombeiros Voluntários e a dificuldades financeiras que estas Entidades atravessam, referiu ser um assunto que deverá ser resolvido entre as Corporações dos Bombeiros Voluntários e a Câmara Municipal, sabendo que as mesmas já tinham feito uma exposição conjunta, com inclusão da Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa, deixando, assim, uma recomendação à Câmara Municipal nesse sentido, ou seja, para que possa dialogar com as Associações Humanitárias do Concelho e Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa. Prosseguiu a sua intervenção, afirmando que incluía nas dificuldades das Associações Humanitárias, da Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa e das restantes associações, os pequenos comerciantes, nomeadamente os que faziam negócios nas Festas do Concelho e em outras festas e

arraiais que profusamente aconteciam por todo o Concelho, recomendando à Câmara Municipal a adoção e implementação de medidas e iniciativas que os pudessem apoiar, de modo a obterem fontes de receita e de sobrevivência, neste momento difícil da vida comunitária. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Francisco Azevedo Silva* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para prestar a sua homenagem ao Dr. Artur Jorge Saraiva, com quem tinha convivido e aprendido muito e que nos últimos tempos desempenhou as funções de Provedor de Município. Disse que registava com agrado o facto do Dr. Artur Jorge Saraiva ter sido reconhecido em vida. Prosseguiu, referindo que o assunto que queria expor tinha a ver com a limpeza dos circuitos pré-históricos, nomeadamente o Circuito Pré-Histórico Fiais Azenha, acreditando que será uma boa forma de incentivar o turismo e de quem nos visita. Concluiu, deixando um agradecimento à Assembleia da República, por ter concedido Honras de Panteão a Aristides de Sousa Mendes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal antes de dar a palavra à Câmara respondeu ao membro Casimiro Loureiro, no que diz respeito à posição tomada pela Mesa, concernente à realização de apenas uma sessão, ainda que abrangendo as sessões de abril e junho, afirmando que respeitava a posição da bancada do Partido Social Democrata e o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, mas parecia-lhe que fazia parte da nossa essência legislativa fazerem-se leis sobre as quais são permitidas interpretações diferentes. No seu entendimento, as câmaras e as assembleias municipais não dependem dos pareceres das Comissões de Coordenação nem mesmo da Direção Geral das Autarquias Locais e o que tem vindo a ser sustentado é de que, nas dúvidas, os órgãos deliberativos se socorram dos serviços jurídicos da Associação Nacional de Assembleias Municipais, de modo a que esta possa estudar os assuntos possa até haver uma certa uniformização de

procedimentos perante casos como o que foi descrito. No caso em apreço, a Mesa da Assembleia Municipal entendeu ser suficiente a realização de uma sessão, face ao que lhe foi transmitido pela referida Associação, no sentido de que seria exequível tal posição, mas respeitava ainda posições diferentes sobre o assunto. De seguida deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos. Iniciou a sua intervenção para afirmar que no nosso País se passava, com alguma facilidade de bestial a besta. Referiu-se aos comentários nas redes sociais que foram tecidos por algumas pessoas relativamente aos comunicados que a Câmara Municipal tinha difundido, na sequência do encerramento e reabertura do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Referiu-se, também, à entrevista que tinha dado, em dois de março do corrente ano, ao Jornal do Centro e ao conteúdo da mesma, mais concretamente quando tinha feito referência às más condições das instalações do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Leu, de seguida parte da entrevista, sendo que no corpo da notícia era dado nota que, no decurso da vida do edifício, o mesmo nunca tinha sido objeto de obras de reparação e restauro e o edifício já tinha muitos anos. Complementou as afirmações relatadas na notícia com diversas fotografias que lhe tinham sido enviadas, as quais retratavam uma série de anomalias, nomeadamente no âmbito das casas de banho, onde era demonstrado o estado de degradação das instalações. Abordou o processo de transferência de competências, no domínio da Saúde, situação que obrigou a Câmara Municipal a fazer um levantamento e uma avaliação exaustiva do estado das instalações, em tempo recorde, de modo a colocar a situação, tal como era, ao Governo antes da tomada de qualquer decisão que pudesse prejudicar o Município de Carregal do Sal, nomeadamente quando se fala em custos para levar a efeito obras, que nunca foram feitas e que ascendem a setecentos mil euros, indo

ao encontro de um orçamento anterior, pedido pela Administração Regional do Centro, ainda que inferior no seu montante. Pormenorizou um conjunto de anomalias que o edifício apresentava, ao nível de estrutura e no seu interior, evidenciando que nunca tinha sido posto em causa a disponibilidade e prestação exemplares dos profissionais da Saúde e demais pessoal que naquela unidade prestam serviço. Prosseguiu a intervenção, realçando as convicções que sempre o nortearam, referindo-se à orientação de outros que, perante algumas situações, fletiam em função de interesses, o que não era o seu caso. Insurgiu-se, assim, contra afirmações que visavam a sua vida particular, que só a ele dizia respeito, veiculadas, nomeadamente, nas redes sociais. Salientou que quando se candidatou a Presidente da Câmara, nas listas do Partido Socialista, tanto no primeiro como no segundo mandato, tinha-o feito como independente, o que constava das respetivas ficha de candidatura. Prosseguiu, referindo-se ao apoio que tinha recebido do Partido Socialista, na qualidade de Presidente da Câmara, para afirmar que a partir desta data e perante os energúmenos que o andavam a atacar, sem razão absolutamente nenhuma, a sua ligação ao Partido Socialista terminava, estava no cargo na situação de mais independente ainda, pertencendo à maioria decidir se o continuava a apoiar ou não. Afirmou que quando saísse da Câmara Municipal pretendia fazê-lo de cabeça levantada e sem qualquer problema. Afirmou que quando tal acontecer deixava a Câmara Municipal numa situação financeira possivelmente melhor do que aquela que tinha encontrado, com um conjunto de obras lançadas e projetos feitos, muitos projetos feitos, o que não tinha encontrado quando entrou, mencionando que não estava a falar mal de quem o antecedeu, mas sim a retratar uma realidade. Disse que tudo o que fizera foi em prol do Concelho não admitindo críticas quando estas não têm qualquer fundamento. Retomando o comunicado, pormenorizou as diligências que promoveu junto das entidades responsáveis de modo a tentar que o Centro de Saúde voltasse a abrir aos fins



de semana. Referiu-se ao encerramento dos Centros de Saúde do Distrito de Viseu, situação que não foi comum aos Centros de Saúde do Distrito de Coimbra, que se mantiveram abertos. Após muitas tentativas nunca conseguiu obter informações/respostas acerca de tal procedimento. Procedeu à leitura do *email* endereçado pela Dr.<sup>a</sup> Rita, responsável no ACES, no contexto da abertura dos centros de saúde, onde lhe foi dado a saber que a reabertura dos mesmos seria faseada e que se iria verificar em função das condições de segurança disponibilizada por cada um, quer para os utentes quer para o pessoal de serviço. Informou que, na expectativa de uma reabertura tão breve quanto possível do Centro de Saúde de Carregal do Sal, tentou falar com o seu coordenador Paulo Catalino, intento que não logrou conseguir. Estranhamente veio a constatar pela *internet*, que o Centro de Saúde já estava aberto há alguns dias, o que o levou a colocar em causa a cooperação entre instituições e a reagir a tal situação. Recordou a disponibilidade que a autarquia carregalense sempre patenteou relativamente aos pedidos que foram formulados pelo Centro de Saúde, desde a cedência de veículo, material diverso e bem como um conjunto de outras cedências efetuadas pela autarquia. Tal situação levou-o a lamentar o sucedido que gerou algum mal-estar, situação que, no entanto, disse perceber e à qual atribui um cariz político. Mudando de assunto, deu as explicações tidas por adequadas ao tema Casa do Passal, ao protocolo de cedência da Casa do Passal que foi estabelecido entre o Município e a Fundação Aristides de Sousa Mendes. O assunto já se arrastava há muito tempo. Disse que uma das intenções da Câmara Municipal foi a de assumir responsabilidades calculadas no âmbito económico, relativamente ao futuro funcionamento da Casa do Passal. Disse que, por outro lado, a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro não aprovou o projeto porque não reconheceu à Fundação a capacidade económico-financeira para

manter a Casa do Passal em funcionamento, após a sua reabilitação. Tal situação, após negociações, levou à celebração do protocolo referido, sendo que o imperativo da musealização foi outro condicionante para a aprovação do projeto. Disse que muitas das vezes a resolução destas situações eram demoradas, mas sempre norteadas na defesa dos interesses da Câmara Municipal, como se verificou na consensualização e na aprovação do projeto relativo à Casa do Passal. Quanto ao montante das verbas para os bombeiros do Concelho disse que era uma situação que o preocupava e à qual estava atento. Recordou a propósito e identificou os vários cargos que exerceu na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, o que, melhor do que ninguém, o levava a ser sensível quanto a este tipo de instituições. Referiu, no entanto, que por vezes, por parte destas instituições, não se verifica uma gestão tão cuidada quanto a necessária. Informou de seguida que cada uma das Associações Humanitárias do Concelho, mensalmente, recebia para despesas com pessoal uma verba significativa, na ordem dos seis mil euros, para fazer face a despesas com pessoal e outras, pelo que o imperativo era o de saber poupar. No âmbito da contenção de despesas, referiu-se a algumas que no período COVID19 foram realizadas pelos Bombeiros, numa das associações, não a tendo identificado, despesas que, em sua opinião foram desajustadas. Em face de situações do género acrescentou que assim era fácil de gerir uma associação pois, quando se encontram com dificuldades, recorriam ao socorro da Câmara Municipal para as suprir. Em jeito de conclusão, dirigindo-se à Assembleia Municipal, disse para não se preocuparem com os Bombeiros Voluntários porque, no momento em que seja necessário, a Câmara Municipal estará disponível para suprir as dificuldades, nem que para tal tenha que deixar de realizar outros trabalhos. Voltou, no entanto, a reafirmar a importância destas associações saberem poupar, pois a Câmara Municipal não poderia dar dinheiro sem qualquer justificação. Para as restantes associações do Concelho

afirmou que as verbas que estavam previstas seriam para manter. Deixou a possibilidade de um reforço de verbas neste âmbito desde que a necessidade fosse devidamente comprovada. Relativamente à fiscalização da obra junto ao Mercado Municipal, informou ter tomado as respetivas notas e que iria tomar as providências que se impõem. A temática abordada pelo membro Diego Garcia, estava no âmbito do pelouro da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges pelo que a resposta/esclarecimento, ser-lhe-ia dada pela Vereadora. Ainda assim, informou que o plano estratégico da habitação estava em desenvolvimento, afirmando que gostaria de dar uma casa a quem precisa, mas, que para isso, era necessária haver financiamentos e, neste momento, não havia nenhuma medida para o efeito. As faixas de contenção estavam a ser realizadas, não poderiam ser feitas todas ao mesmo tempo, sendo que a pandemia da doença COVID-19 condicionou o bom andamento dos trabalhos, pois o pessoal esteve em funções a cinquenta por cento e não teve a rentabilidade desejada. Relativamente à autorização a vendedores ambulantes, informou que estava a ser estudada a medida, para ser efetuada em determinados locais fixos do Concelho. Em resposta ao tema pedreira disse que a Câmara Municipal fez aquilo que podia fazer que foi apresentar uma providência cautelar no Tribunal para travar a sua reabertura e o seu funcionamento. Acrescentou que a base em betão que foi construída na zona da pedreira ainda não tinha sido licenciada, por o processo não se encontrar devidamente instruído, mas caso o venha a ser, a Câmara Municipal terá muitas dificuldades legais em o obstaculizar. Acrescentou que a Câmara Municipal não dispunha de meios legais para evitar a construção da mesma, desde que o processo seja devidamente instruído. Quanto à supressão das duas passagens fez um ponto de situação relativamente ao assunto, dando nota que no terreno a situação já foi analisada e apresentada à Infraestruturas de Portugal, nomeadamente no que diz respeito às

consequências e à falta de alternativas que as supressões irão colocar às pessoas, considerando que a via do diálogo é a melhor solução para a sua resolução. Quanto à desinfeção dos lugares públicos informou que o trabalho de desinfeção estava a ser feito nos termos e nos lugares inicialmente planeados, não podendo antever se será para continuar ou não a referida desinfeção, mas que isso também dependerá da evolução da pandemia da doença COVID-19 no Concelho. Quanto às garantias dadas com este tipo de intervenção afirmou, o que por certo era do conhecimento geral, que havia várias correntes de opinião acerca de que eram poucos os efeitos positivos da referida ação de desinfeção. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vereadora Ana Cristina Siva Sousa Borges* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para responder à questão suscitada no âmbito da Estratégia Local de Habitação no concelho de Carregal do Sal, informando que o processo estava a ser desenvolvido, pormenorizando os objetivos deste projeto. A construção do Canil Municipal estava em bom andamento e a obra da Eficiência Energética do Bairro do Pombal já tinha sido iniciada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra para se referir a três questões anteriormente abordadas, nos seguintes termos: Orçamento Participativo, em termos formais, poderia concordar que a não realização da assembleia participativa inicial terá condicionado o desenvolvimento do projeto no corrente ano, mas em termos efetivos não é assim, bastando olhar para o histórico de poucas presenças em anos anteriores nessa sessão de apresentação. A verdade é que se entendeu que face à pandemia da doença COVID-19, se deveria ultrapassar esta fase, o que efetivamente aconteceu, através de deliberação da Câmara Municipal. Quanto às candidaturas aos apoios às Associações, o processo conheceu um revés também devido à pandemia da doença COVID-19. No entanto e à semelhança da prática seguida foi

tomada uma deliberação camarária que permitiu a antecipação da libertação de verbas e o prazo para apresentar as candidaturas foi alargado até quinze de agosto de dois mil e vinte. Relativamente aos computadores e o acesso à internet deu as explicações que o assunto merecia, evidenciando que para a Câmara Municipal o problema se situa em duas fases: A primeira que tem a ver com a agilização e resolução do problema, em estreita colaboração com o Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, para o corrente ano letivo. Nos segundos e terceiros ciclos todos os alunos têm computadores. No primeiro ciclo e de acordo com levantamento feito existiam cinquenta e nove alunos sem computador e vinte e cinco sem computador e sem *internet*. Disse ser do conhecimento desta Câmara Municipal que houve municípios vizinhos que partiram logo para a aquisição de computadores, descurando, no entanto, o aspeto do acesso à *internet*, a cargo de diversas operadoras, o que fez com que não resolvessem o problema de fundo. Informou que à Câmara Municipal também foram apresentadas diversas propostas, mas o entendimento do Executivo Camarário e dos seus serviços foi de que se deveriam adquirir equipamentos que pudessem servir para este fim específico e porventura para outros fins. Retomando o tema, informou que no corrente ano letivo o problema foi resolvido, desde o início, através do recurso aos meios informáticos, em que para os alunos do primeiro ciclo estes apenas serviam para depositar conteúdos aos quais os alunos depois acediam para concretizar os seus estudos. Quem não tinha meios informáticos foi garantida a entrega em suporte de papel. Saliu não existir para estes alunos atividades de ensino por plataforma. Todavia, mais do que concluir o presente ano letivo, era preparar o próximo e, deste modo, também em consonância com o Agrupamento de Escolas, foi feita a georreferenciação de todas as moradas, no sentido de se saber qual a operadora dos respetivos locais/zonas que melhor servia os interesses.

Deu nota de que dos municípios que avançaram para a aquisição de computadores, estes não resolveram os problemas, pois na maioria dos casos era insuficiente o acesso à *internet*, acabando por realizar o mesmo tipo de tarefas dos alunos de Carregal do Sal. Além de que, numa primeira fase, começaram por afirmar que os computadores seriam para dar, para mais tarde retroceder, face a alguns alertas da Tutela, nomeadamente do Tribunal de Contas, e afirmar que os mesmos seriam para devolver. Com a georreferenciação foi feito um contacto escrito com todos os encarregados de educação e das cinquenta e nove situações, apenas vinte e quatro responderam. Informou, também, que, ao nível da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e de outras comunidades intermunicipais, estava a ser estudada a possibilidade de existência de plataformas de ensino. Reafirmou que mais importante que a aquisição de computadores, que a ser feita teria de ser feita de forma sustentada, deveria ser feita muita pressão junto das operadoras para reforçar a linha e o acesso universal da *internet* nos municípios, pois, como todos sabiam, a resposta era sempre a mesma, de que a exploração em certos locais/zonas não era rentável/lucrativa, razão pela qual não faziam o investimento. Concluiu, referindo que todos os dados estavam disponíveis para consulta se os grupos municipais assim o entendessem. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal autorizou novas intervenções aos membros da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para prestar dois esclarecimentos: o primeiro, referente à dificuldade de comunicação que possa ter existido, afirmando que não tinha tido nenhuma chamada, pois se assim fosse teria feito, como sempre fez, a devolução da mesma, exemplificando que é assim que tem procedido com o Presidente da Câmara, com os Bombeiros Voluntários, com a população em geral e com os doentes. Reafirmou não ter visto nenhuma chamada. Por outro lado, não existia

nexo de causalidade entre esta chamada do dia dezanove de maio e o que se passou, pois só no dia vinte e três de maio é que o coordenador do Centro de Saúde foi chamado a Viseu para dialogar sobre todo o plano de estruturação do Centro de Saúde. Disse perceber a delicadeza da situação, disse perceber a dificuldade de comunicação entre o ACES e as câmaras municipais, disse perceber e ser legítimo que o representante máximo do Concelho tenha sentido tristeza e desconsolo por tanto ajudar as populações e o Centro de Saúde e na hora de se comunicar decisões importantes não lhe ser dado qualquer conhecimento. Disse perceber, também, que era difícil, por vezes, ler comentários nas redes sociais, nomeadamente quando são críticas, mas o mais importante era fazer a leitura certa e ver o que era essencial e o que era acessório. Quis deixar claro que enquanto coordenador da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal respeitará a posição e as decisões do Presidente da Câmara. A bancada do Partido Socialista continuará a ter a responsabilidade que sempre teve e continuará a dar apoio inequívoco ao Presidente e aos eleitos da Câmara Municipal, desde que a linha a seguir continue a ser a de fazer bem às populações. Por vezes, o escrutínio que as pessoas fazem dos eleitos magoa bastante, mas como todos já andavam nestas lides há muito tempo, como era o caso do Presidente da Câmara, sabia que havia alturas que recebiam elogios e noutros momentos críticas, e assim iria continuar a ser e todos teriam de estar preparados para esse desígnio. Disse que da sua parte e da bancada do Partido Socialista iria continuar a apoiar e a acreditar no trabalho deste Executivo Camarário e gostaria que terminasse o mandato com a mesma dignidade com que o começou a bem das populações e a bem do Partido em cujas listas foi eleito e que lhe deu apoio nesta Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Apresentou cumprimentos. Usou da palavra

para pedir esclarecimentos, acerca do envio a todos os encarregados de educação, no âmbito do levantamento das necessidades dos computadores e se nas capitações foi tido em conta o número de filhos, tendo sido elucidada, afirmativamente. pelo Vice-Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu por concluído este ponto da ordem do dia e informou que iria dar continuidade aos trabalhos. \_\_\_\_\_

## \_\_\_\_\_2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, plasmado nos documentos que tinham sido previamente distribuídos e colocados à disposição dos membros do órgão deliberativo, referentes à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezanove. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para fazer a apresentação pormenorizada dos documentos em análise, destacando o equilíbrio das contas, a redução da dívida de médio e longo prazos, o não recurso ao crédito no ano em referência e o saldo transitado para o ano de dois mil e vinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para complementar a intervenção do Vice-Presidente, referindo que a execução de projetos no ano de dois mil e dezanove tinha sido baixa, devido ao não desenvolvimento do projeto da ETAR – Subsistema de Currelos, por adversidades várias e de outras obras que foram lançadas e que os respetivos concursos ficaram desertos, o que obrigou ao lançamento de novos



procedimentos. Afirmou que dessas obras, estão agora em curso a construção do Centro Oficial de Recolha de Animais de Companhia (Canil Municipal), a Requalificação da Envolvente ao Mercado Municipal, as bancadas do Campo de Futebol, pelo que o ano de dois mil e vinte iria ser bem diferente no que diz respeito à execução de projetos. Esperava lançar ainda este ano a obra da Ciclovía que vai ligar à Ecopista do Dão e à Casa de Aristides de Sousa Mendes, a par da aquisição do terreno junto ao Gorgolão e das duas casas em Beijós, em que estas serão para demolir para alargamento da estrada. Deu, ainda, informação que estão mais três ETAR (Subsistemas) aprovadas no que diz respeito aos financiamentos, respetivamente o de Cabriz, Papízios e Parada. Disse existir um ligeiro problema com a constituição da EIMAR – Empresa Intermunicipal e provavelmente o assunto terá de voltar à Assembleia Municipal, já que é expeável que a empresa por quotas passe a uma Associação de Municípios, pertencendo a cada Município associado as mesmas quotas, de modo a que, um município que queira sair o possa fazer sem problemas, para obviar a situações adversas como a que aconteceu recentemente com o município de Penacova. Concluiu a sua intervenção, informando que nesse dia tinha participado numa reunião com a empresa Águas do Planalto e com a banca (CGD e BPI), estando estes intransigentes na negociação do contrato de abastecimento de água. Disse que não ir baixar os braços e que na próxima semana iria ser realizada nova reunião. —

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o debate, aceitando inscrições.———

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para mostrar a satisfação da bancada do Partido Socialista pelo equilíbrio de contas que o Executivo Camarário tem vindo a apresentar ano após ano. É certo que nem sempre se conseguem execuções muito altas, pois nem sempre é fácil de ultrapassar questões técnicas e

burocráticas relativamente a projetos, nomeadamente quando têm participações financeiras. Disse que seria preocupação, isso sim, se não tivesse havido aumento da receita, mas efetivamente houve e desta forma mostrava o seu contentamento, pedindo, em consequência, explicações sobre alguns aspetos do aumento dessas receitas. Concluiu, afirmando que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor das contas, por entender que existe um bom equilíbrio das mesmas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que a Câmara Municipal não tinha vindo com os documentos para responder de imediato às questões suscitadas. De qualquer forma iria tratar deste assunto e enviará os elementos aos membros da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para complementar a intervenção do Presidente da Câmara e afirmar que apesar de não responder totalmente, o quadro um das contas indicava as variações e poderá ajudar nos esclarecimentos que o membro da Assembleia Municipal pretende, em que algumas situações, como no caso das reposições, são procedimentos técnico-contabilísticos normais e correntes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não existindo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta em votação, tendo sido registado o seguinte resultado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Contra – 1 (um) voto; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - Abstenções – 5 (cinco) votos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ - A favor – 14 (catorze) votos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com um

voto contra do membro Diego Garcia, cinco abstenções dos membros Casimiro Alves, Manuel António, António Batista, Elisabeta Caldeira e Sandra Cortês e catorze votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, bem como a apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A bancada do Partido Social Democrata e o membro do Bloco de Esquerda apresentaram declarações de voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Declaração de voto da bancada do Partido Social Democrata: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "Declaração do voto \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A bancada do PSD na Assembleia Municipal em relação ao relato financeiro de 2019 abstêm-se pelos seguintes factos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1- O relato financeiro permite fazer uma correta avaliação do desempenho do município no ano de 2019, pois permite explicar quais as opções estratégicas, quais as áreas de negócio a caracterizar e o respetivo grau de execução. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2- Aquilo que se verifica é que o nível de execução orçamental em termos de receita aumentou 2,89% tendo apenas atingido 74,44% do orçamentado, "um registo ainda um pouco aquém do grau expectável " como está transcrito no relatório.

\_\_\_\_\_ 3- A nível de despesa global do orçamento, apenas foi atingido 53,4%, também muito aquém do que foi orçamentado para o ano de 2019 e mais uma vez em linha com os anos anteriores." \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Declaração de voto do membro do Bloco de Esquerda: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "DECLARAÇÃO DE VOTO DO PONTO 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL – 19 DE JUNHO DE 2020

O Bloco de Esquerda votou contra no ponto 2, mas fê-lo por erro de análise técnica deste ponto em questão. O sentido de voto deveria ser a favor, em coerência com o voto exercido na discussão do Orçamento Municipal para 2019, o qual votamos a favor.

O eleito do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Carregal do Sal, Diego Garcia”

### 3. INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

ELEMENTOS CONSTANTES DA NOTA INFORMATIVA DA DGAL, DE 31 DE MARÇO DE 2020. APRECIÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, plasmado nos documentos que tinham sido previamente distribuídos e colocados à disposição dos membros do órgão deliberativo, referentes à integração do saldo de gerência – elementos constantes da nota informativa da DGAL, de trinta e um de março de dois mil e vinte.

*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dar explicações acerca do documento em análise, que se traduz em mais exigências feitas pela Direção Geral das Autarquias Locais, na sequência da aprovação feita por esta Assembleia Municipal, para integração do saldo de gerência, ocorrida na sessão ordinária de fevereiro do corrente ano.

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço de debate, não tendo sido registado quaisquer inscrições.

Face ao exposto, o Presidente da Assembleia Municipal declarou apreciado este ponto da ordem do dia, referente à Integração do Saldo de Gerência – Elementos Constantes da Nota Informativa da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, de trinta e um de março, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.

### 4. COVID-19

————MEDIDAS IMPLEMENTADAS NO CONCELHO E ENCARGOS ASSUMIDOS.  
APRECIÇÃO.————

————O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o ponto em análise, plasmado nos documentos que tinham sido previamente distribuídos e colocados à disposição dos membros do órgão deliberativo, referentes à COVID-19 – medidas implementadas no Concelho e encargos assumidos.————

————*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dar as informações tidas por adequadas ao bom conhecimento do assunto em análise, evidenciando as aquisições feitas, as distribuições feitas de material e as medidas implementadas. Disse não estar plasmado nos documentos o trabalho feito por muitas pessoas e entidades, com inclusão do Executivo Camarário, apesar do Presidente da Assembleia Municipal não o ter referido, quando propôs um agradecimento a diversas entidades e aos funcionários da Câmara Municipal. Concluiu a sua intervenção para propor que a Assembleia Municipal manifeste um voto de louvor à empresa Aquinos, o que a Câmara Municipal já teve oportunidade de fazer, pela doação de cinquenta colchões, para equipar as instalações de retaguarda que foram realizadas na Escola Básica Nuno Álvares, no âmbito da COVID-19. O serviço de Ação Social esteve e tem estado bastante ativo e apesar de não ter uma visibilidade muito grande tem tido um papel importante. Se se considerar que a COVID-19 não volta ao Concelho, há que refletir e afirmar que o trabalho conjunto foi meritório e não nos deixa envergonhados perante os outros concelhos. Mas se a COVID-19 voltar, as instituições e as suas equipas irão saber demonstrar de novo as suas capacidades para enfrentar a pandemia.————

————De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço de debate, aceitando inscrições.————

—————*Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para agradecer as explicações acerca do ponto em análise e de mais outros assuntos. Referiu que os Vereadores do Partido Social Democrata tinham feito chegar, em sede própria, algumas propostas, em que algumas foram aceites outras não. Disse que havia uma em particular que foi a redução da água e dos tarifários associados, perguntando quantos tinham sido os beneficiários de tal medida. —————

—————*Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Usou da palavra para responder e afirmar que numa fase inicial se pensou que iriam ser muitas as pessoas abrangidas, mas são apenas três as solicitações que irão ter acolhimento e enquadramento. —————

—————*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que pretendia também solicitar este esclarecimento, pois a reflexão sobre o impacto das medidas permitirá corrigir no futuro o que se verificar ser necessário e adequado. Disse ser importante conhecer quais os gastos efetivos em cada uma das medidas adotadas, de modo a saber quais as que surtiram mais efeitos e as que surtiram poucos ou nenhuns efeitos, de modo a poderem serem reajustadas. —————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder e informar, referindo que, na adoção de medidas houve um cuidado especial, o que não foi verificado por alguns municípios e que poderão ter consequências, em resultado de auditorias da Tutela (Tribunal de Contas). Recordou que o Tribunal de Contas já tinha feito auditorias a propósito dos incêndios de outubro do ano de dois mil e dezassete. As medidas implementadas foram para apoiar quem efetivamente teve perdas de rendimentos A opção deste Município foi por um sistema diferente, mediante o que foi deliberado e publicitado em Edital. Houve muitas pessoas a candidatarem-se, mas que não preencheram os requisitos necessários ao efeito pretendido. —————

—————Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia disse ter em mãos a

proposta do Presidente da Câmara, referente a um voto de louvor à empresa Aquinos, pelo seu contributo e colaboração no âmbito das medidas de combate à COVID-19, perguntando se alguém queria usar da palavra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que é extremamente redutor este reconhecimento público incidir apenas sobre a empresa Aquinos, na medida em que existem muitas outras empresas e entidades do Concelho e de outros concelhos que colaboraram e colaboram no combate da pandemia da doença COVID-19. Incluir apenas uma empresa nesse reconhecimento público, nesta rubrica, sem uma série de outras, de que deu exemplo a empresa EuroRalex, não lhe parecia ser a melhor forma de o fazer. Concordava que se pudesse fazer um reconhecimento de forma mais abrangente e pensada, numa sessão próxima. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para concordar com a intervenção do membro Paulo Catalino, referindo que todas as empresas e entidades deveriam ser abrangidas e bem assim a sociedade civil, pois sabia que tinha havido muitas costureiras que se associaram a esta luta contra a pandemia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que este assunto seria agendado na próxima sessão da Assembleia Municipal, após recolha adequada para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal declarou apreciado este ponto da ordem do dia, referente à COVID-19 – Medidas Implementadas no Concelho e Encargos Assumidos, dando cumprimento à legislação específica aplicável, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **5. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E**

DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. —————

———*Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que a Câmara Municipal tinha a apresentação preparada e que primaria por a apresentar, mas que caso a Assembleia Municipal o entendesse poderia prescindir de a apresentar e responder às questões que viessem a ser colocadas, o que veio a ser aceite. —————

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que existe preocupação em relação ao prazo de realização de algumas obras como eram os casos das bancadas e dos balneários do Campo de Futebol, da Ciclovia e da Casa do Passal em que houve necessidade de se proceder à revisão deste projeto, sendo que nesta semana se comemora a semana da consciência, associada ao ato heroico de Aristides de Sousa Mendes, questionando, assim, para quando a previsão da sua conclusão. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que cada obra tem os seus prazos de conclusão, podendo sofrer algumas alterações, sendo que a obra da Ciclovia e da Casa do Passal ainda não foram lançadas. Disse já ter explicado a situação da Casa do Passal, mas que iria de novo explicar. A primeira fase foi executada sob a alçada da Direção Regional da Cultura do Centro. Hoje a Casa do Passal já é da Câmara Municipal, no regime de comodato, por dez anos o que permite fazer a segunda fase que é a reconstrução do interior. Numa reunião em Coimbra, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, não deixava avançar a obra se não



fosse incluísse a terceira fase que é musealização e disponibilização de conteúdos, permitindo o aumento da verba de comparticipação em duzentos e cinquenta mil euros. Se tudo correr bem, a Casa do Passal estará concluída no final de dois mil e vinte e um ou no início de dois mil e vinte e dois. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra, em complemento da intervenção do Presidente da Câmara, referindo que o problema do processo esteve em termos de candidatura, por não haver elementos sustentados a apresentar pela Fundação Aristides de Sousa Mendes sobre a garantia de funcionamento da Casa do Passal e do fim a que está destinada. O que iria acontecer é que a Câmara Municipal iria fazer a obra física e de imediato a entregava à Fundação Aristides de Sousa Mendes. E depois? Tinha de haver comprometimento para desenvolver as atividades e a única forma de o fazer era incluir a musealização, sendo que a verba do Pacto disponibilizada para a reabilitação da Casa do Passal não suportava a parte museológica. E foi isto que foi discutido na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na reunião havida, onde a Fundação Aristides de Sousa Mendes esteve sempre presente, tendo sido possível aumentar a verba em mais duzentos e cinquenta mil euros, assumindo a Câmara Municipal a titularidade do edifício pelo prazo de dez anos, com possibilidade de prorrogação. Informou não ter sido fácil chegar à versão final do Protocolo, que, reafirmou, contou com a cooperação da Fundação Aristides de Sousa Mendes, ficando-se a ganhar com a verba para a musealização em mais duzentos e cinquenta mil euros e com uma verba do Orçamento do Estado de trezentos mil euros para o seu funcionamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não tendo sido registadas inscrições para debate deste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **6. ENCARGOS REPARTIDOS** \_\_\_\_\_

—————PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—————

—————O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para questionar se todos os membros da Assembleia Municipal se encontravam esclarecidos acerca do assunto em análise e se assim fosse não daria a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente aos encargos repartidos – proposta da Câmara Municipal. —————

—————Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta em votação, tendo sido registado o seguinte resultado:

————— Contra – 0 (zero) votos;—————

————— - Abstenções – 4 (quatro) votos;—————

————— - A favor – 15 (dezassexes) votos.—————

—————Foi verificada a ausência, comunicada ao Presidente da Assembleia Municipal, do membro Casimiro Alves Martins Loureiro.—————

—————Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria com quatro abstenções dos membros Manuel António, António Batista, Elisabeta Caldeira e Sandra Cortês e quinze votos a favor dos restantes membros, a proposta e pedido de autorização apresentados pela Câmara Municipal, referente aos encargos orçamentais em mais de um ano económico, dos contratos de empréstimos com o BPI, para financiamento da contrapartida nacional dos projetos de “Reestruturação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Carregal do Sal – Subsistema de Currelos”, “Requalificação da Área Envolvente do Mercado Municipal”, “Eficiência Energética nos Bairros Sociais – Bairro do Pombal”, “Eficiência Energética nas Piscinas Municipais”, “Eficiência Energética na Biblioteca Municipal” e “Musealização da Casa do Passal”, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

---

**7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público, aceitando inscrições.

Inscreeveu-se para usar da palavra o munícipe Artur José Cardoso Fontes.

*Artur José Cardoso Fontes* – Apresentou cumprimentos. Iniciou a sua intervenção, afirmando que iria defender a sua honra, face à intervenção do Presidente da Câmara Municipal, nesta sessão, na sequência dos comentários havidos nas redes sociais a propósito do comunicado produzido e veiculado pela Câmara Municipal sobre a reabertura do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Informou que tinha sido um dos que teceu comentários, que não foram feitos às escondidas e que foram feitos no âmbito da liberdade de expressão. Não tinha ofendido ninguém. Disse ter vindo com todo o gosto à Casa da Democracia Local, mas não tinha gostado do tipo de linguagem utilizado pelo Presidente da Câmara. Disse não compreender qual era o problema da bancada do Partido Social Democrata em questionar o que se estava a passar. O mesmo se passava relativamente aos munícipes, nos quais se incluía, quando leram o comunicado da Câmara Municipal e que acharam despropositado no seu conteúdo. Disse que ninguém apelidou o Presidente da Câmara de bestial ou besta e no seu caso tinha recebido educação para, perante dúvidas, as apresentar de forma educada. Disse não compreender, por isso, o comunicado da Câmara Municipal quando se refere à abertura sigilosa do Centro de Saúde. Referiu que o comunicado da Câmara Municipal o tinha ofendido e ofende as pessoas que estão lá fora, com quem tinha dialogado e tinha feito uma crítica que tinha o direito de fazer, pelo que os nomes utilizados não ficam bem a um Presidente de Câmara. Afirmou que o Presidente da Câmara não tinha o direito de lhe

chamar o nome que chamou, pois a sua crítica foi sempre educada e não o ofendeu, nem a ele nem a ninguém. Entendia também que o Presidente da Assembleia Municipal deveria ter alertado e chamado a atenção do Presidente da Câmara para a linguagem pouco cuidada utilizada e não o fez. E entendia ainda que era mau o Presidente do Partido Socialista se ter mantido em silêncio face às palavras proferidas. A questão de mudar de cartão não lhe interessava muito, pois tinha sido militante dois anos e depois mudou por razões que apenas a si lhe diziam respeito. Mas o Presidente da Câmara também tinha mudado e tinha saído do Partido Social Democrata, afirmando conhecer bem o seu historial político.

---

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder ao munícipe Artur Fontes e referir que tinha ficado espantado com algumas coisas que foram ditas, parecendo que o munícipe estava mais dentro da sua vida do que ele próprio. Quanto à liberdade de expressão e quando não se diz a verdade, insultam-se as pessoas visadas. Disse que o comunicado para ser entendido tem de ser lido na íntegra e visto de forma diferente e enquadradora, tal como tinha explicado. Disse que quando se referiu aos energúmenos, não se referia ao munícipe Artur Fontes, mas sim às pessoas que andam por aí a comentar e não têm coragem de escrever e dar a cara. Disse, no entanto, não aceitar que o munícipe Artur Fontes tenha escrito o que escreveu, por não corresponder à verdade, como já tinha demonstrado. Do comunicado só tinha lido o que lhe interessou. A Câmara Municipal e o Presidente não tinham atacado o Centro de Saúde. O que a Câmara Municipal precisava era de apoio, para fazer pressões junto de quem de direito e conseguir verbas para a reabilitação das instalações do Centro de Saúde, o que já tinha feito na entrevista dada, pois o investimento a fazer é de grande monta, a rondar os setecentos mil euros e num processo de transferência de competências, se estes assuntos não forem cuidados, quem acaba por arcar com essa responsabilidade é o Município; isto se o

edifício entretanto não for reabilitado. Quando foi da Festa da Pinha e do Pinhão, enquanto toda a gente se andava a divertir e muito bem, o Presidente da Câmara estava nos Paços do Concelho numa reunião com catorze presidentes de câmara e com o Secretário de Estado, Carlos Miguel, responsável pelo processo de descentralização e a quem manifestou a sua total discordância com o rumo que tinha sido arquitetado, nomeadamente nos domínios da Educação e da Saúde. O Secretário de Estado respondeu que as grandes obras pertencem ao Estado, mas não é isso que se verifica na prática, para além de continuarem a persistir muitas anomalias do dia-a-dia, no Centro de Saúde, nomeadamente a nível da necessidade de substituição de alguns materiais de primeira necessidade, como lâmpadas e colocação de suporte de rolos de papel higiénico nas casas de banho. Concluiu, dizendo que o munícipe iria ficar com a sua opinião e o Presidente da Câmara ficaria com a dele. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para esclarecer que a Assembleia Municipal deverá ser Casa da Democracia, da Tolerância e da Liberdade. Na apreciação da intervenção do Presidente da Câmara, o termo utilizado energúmeno não foi dirigido concretamente a ninguém e ou a alguém em particular, razão pela qual não fez nenhum reparo ou censura, para além de não ter tido conhecimento dos textos publicados nas redes sociais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos dois, três, quatro e seis da

ordem do dia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se constituída por dezanove membros: Carlos Jorge Morgado Gomes, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo Silva, Manuel António Tavares Santos, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António José Rodrigues dos Santos, Marine Inês Guerreiro Pereira e Adelino Morgado Carneiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ENCERRAMENTO.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram vinte e zero horas e trinta minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. \_\_\_\_\_

O Presidente da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
*Carlos Jorge Morgado Gomes*

A Primeira Secretária,

\_\_\_\_\_  
*Ana Isabel Abrantes Ribeiro*



**Livro 14**

**Fl. \_\_\_\_\_**

---

A Segunda Secretária,

---

*Isabel Clara Amaral Teixeira*